

»»» Continuação Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

(iii) **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços jurídicos à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

(iv) **Enchentes no Rio Grande do Sul:** A partir do final de abril de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul foi atingido por um desastre natural de proporções inéditas. Segundo a Defesa Civil do Estado, 478 municípios foram afetados, representando 96% das cidades gaúchas. Diante da gravidade da situação, a Companhia acionou, imediatamente, um Comitê Interno de Gestão de Crise, com reuniões diárias e com o envolvimento de alta administração e mídia gerência, cujos objetivos foram salvaguardar a vida de seus colaboradores; assegurar a continuidade do negócio através do monitoramento da operacionalidade dos postos com a Bandeira Rodoil e, ainda, definir ações de suporte às comunidades onde a Companhia atua. Em que pese a importância de cada um de seus postos e a gravidade do desastre natural, a Companhia entende que a sua presença em 8 Estados, o atendimento ao mercado Spot (postos bandeira branca) e a clientes do segmento B2B, contribuíram para que o impacto total no resultado do ano de 2024 não fosse relevante.

**5. Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: (i) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. O Grupo aplica julgamento para estabelecer as premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo (Nota Explicativa nº 9). (ii) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de impostos diferidos incluem um saldo de R\$ 6.463 relacionado, majoritariamente, a prejuízos fiscais gerados ao longo dos exercícios de 2021 a 2024. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados (Nota Explicativa nº 31). (iii) **Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3 (i). Os valores recuperáveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções aprovadas pela Administração (Notas Explicativas nº 15 e 17).

**6. Principais políticas contábeis**

**a. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota Explicativa nº 8). **b. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração** - Os ativos e passivos financeiros são mensurados nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, são reconhecidos, inicialmente, pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1), a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, no último caso, desde que não tenham sido transferidos, sigficativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não houver informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções (Nota Explicativa nº 7). **c. Clientes:** As contas a receber de clientes são compostas por valores a receber de clientes do mercado nacional e são registradas pelo valor faturado, líquido das estimativas de não recebimento e outros efeitos financeiros, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência (Nota Explicativa nº 9). **d. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio de aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda (Nota Explicativa nº 10). **e. Depósitos judiciais:** Estão classificados na conta de depósitos judiciais os depósitos feitos em juízo relativo a reclamatórias cíveis, trabalhistas e tributárias. Os depósitos estão avaliados ao seu valor líquido de realização (Nota Explicativa nº 23). **f. Investimentos:** A Companhia possui a participação de 100% na Tower Brasil Petróleo Ltda., que tem como atividade principal a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo e biocombustíveis, obtendo, assim, o seu controle total. A Tower, por sua vez, possui controle integral da Web Participações S/A, holding constituída em 2005, porém sem qualquer movimentação nos últimos anos. Controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outra controlada, tem poder para assegurar, de forma permanente, preponderância em suas deliberações sociais e de eleger a maioria de seus administradores. A Companhia possui ainda participação de 13,46% na UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A., que tem como atividade principal a armazenagem de combustíveis, e é considerada uma Coligada. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é reconhecido pelo seu valor de custo (Nota Explicativa nº 15). A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada e de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas da coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e sua Controlada ou Coligada são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. Se a participação societária na Controlada ou Coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada

para o resultado, quando apropriado. A Companhia participa, ainda, na UNIAERO – Cooperativa dos Usuários de Aeronaves em Regime de Propriedade Compartilhada, este investimento é avaliado pelo custo pelo fato de a Companhia não possuir influência significativa sobre a UNIAERO, considerando a mesma, como um instrumento financeiro. **g. Imobilizado:** Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear no resultado, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 16). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, e são reconhecidos no resultado. **h. Intangível:** Representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são registrados ao custo de aquisição e deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear, quando aplicável. Os contratos de direito de exploração, com prazos mencionados em contratos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente. A amortização é reconhecida no resultado (Nota Explicativa nº 17). **i. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. **j. Valor recuperável de ativos não financeiros:** Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **k. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 30). **Tributos correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para as empresas cuja apuração tem como base o Lucro Real. **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração. **l. Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias e 13º salário), benefícios tais como plano de saúde, vale refeição, vale alimentação, programa de participação nos lucros ou resultados entre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com o regime de competência, à medida que são incorridos. **m. Outros ativos e passivos:** Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que ocorra, no próximo 12 meses, sua realização ou liquidação. Caso contrário, ou quando requerido por pronunciamento específico, são demonstrados como não circulantes. **n. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 18). **o. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 20). **p. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor de referência na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: • *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); • *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou • *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido). A movimentação no valor de *hedge* classificado na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, estão demonstradas na Nota Explicativa nº 20. **q. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos (Nota Explicativa nº 25). **r. Reconhecimento da receita:** As receitas do Grupo são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer a obrigação de desempenho e realizar a transferência de controle dos produtos vendidos. O Grupo considera que cumpre as obrigações de desempenho no momento que a entrega física dos ativos, transferindo o controle para o cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de impostos, devoluções e descontos. A receita de prestação de serviços de armazenagem é reconhecida em função da prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais. **s. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perda). **t. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores

estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que a sua não existência, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (Nota Explicativa nº 23). **u. Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

**7. Instrumentos financeiros por categoria**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Ativos financeiros</b>				
Ativos ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa.....	183.229	83.791	191.961	90.318
Aplicações financeiras.....	10.522	10.020	10.522	10.020
Clientes e outros créditos.....	82.247	106.701	83.773	115.630
<b>Total</b> .....	<b>275.998</b>	<b>200.512</b>	<b>286.256</b>	<b>215.967</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Passivos ao custo amortizado				
Fornecedores.....	63.354	92.789	64.516	86.941
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	38.367	43.163	50.327	54.595
Empréstimos.....	466.640	320.958	472.927	335.870
Passivos de arrendamentos.....	106.944	93.700	107.175	93.826
Derivativos				
Ao valor justo usados para <i>hedge</i> .....	41.895	-	41.895	-
<b>Total</b> .....	<b>717.200</b>	<b>550.610</b>	<b>736.840</b>	<b>571.232</b>

**8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

São considerados caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, os saldos das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras compreendem:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos.....	4.804	234	4.807	643
Aplicações Financeiras de Curto Prazo.....	178.425	83.558	187.154	89.675
<b>Total Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>183.229</b>	<b>83.791</b>	<b>191.961</b>	<b>90.318</b>
Aplicações Financeiras de Longo Prazo.....	10.522	10.020	10.522	10.020
<b>Total Aplicações Financeiras</b> .....	<b>10.522</b>	<b>10.020</b>	<b>10.522</b>	<b>10.020</b>
<b>Total Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras</b> .....	<b>193.751</b>	<b>93.811</b>	<b>202.483</b>	<b>100.338</b>

**9. Clientes**

**9.1. Composição:** A composição dos saldos a receber de clientes é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes Nacionais.....	74.832	99.984	78.580	110.639
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.873)	(7.867)	(8.283)	(10.119)
Ajuste a Valor Presente.....	(1.318)	(1.220)	(1.318)	(1.226)
<b>Total de Clientes</b> .....	<b>67.641</b>	<b>90.897</b>	<b>68.979</b>	<b>99.295</b>
<b>Circulante</b> .....	<b>65.408</b>	<b>88.550</b>	<b>66.746</b>	<b>96.911</b>
<b>Não Circulante</b> .....	<b>2.233</b>	<b>2.347</b>	<b>2.233</b>	<b>2.384</b>

**10. Estoques**

Os estoques são compostos de combustíveis para revenda, como gasolina, diesel e etanol, e insumos que são produtos que fazem parte da composição final dos combustíveis. Abaixo, a demonstração dos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Combustíveis para Revenda e Insumos.....	117.458	125.850	133.632	140.624
Combustíveis p/Revenda e Insumos em Trânsito	12.744	5.192	14.292	5.313
<b>Total</b> .....	<b>130.202</b>	<b>131.042</b>	<b>147.924</b>	<b>145.937</b>

**11. Adiantamentos**

O saldo da conta Adiantamentos é apresentado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamentos a Fornecedores.....	23.315	51.328	27.042	62.798
Adiantamentos de Viagem.....	6	11	7	12
Adiantamentos a Funcionários.....	284	216	326	220
<b>Total de Adiantamentos</b> .....	<b>23.605</b>	<b>51.555</b>	<b>27.375</b>	<b>63.030</b>

**12. Impostos a recuperar**

O saldo de Impostos a Recuperar é composto, substancialmente, por créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Programa de Integração Social (PIS) e demais tributos retidos na fonte. Este saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS.....	1.000	995	3.142	3.028
PIS/COFINS.....	10.139	13.301	11.099	17.417
IRR/IRPJ/CPLL/INSS.....	4.827	4.060	5.013	4.191
<b>Total Circulante</b> .....	<b>15.966</b>	<b>18.356</b>	<b>19.254</b>	<b>24.636</b>
ICMS.....	21.423	23.323	25.895	27.820
PIS/COFINS.....	41.152	4.329	46.783	4.329
<b>Total Não Circulante</b> .....	<b>62.575</b>	<b>27.652</b>	<b>72.678</b>	<b>32.149</b>
<b>Total de Impostos a Recuperar</b> .....	<b>78.541</b>	<b>46.008</b>	<b>91.932</b>	<b>56.785</b>

**13. Outros créditos**

A composição do saldo de Outros Créditos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Conta Gráfica Incorporação Megapetro.....	8.994	7.807	8.994	7.807
Aluguéis a Receber.....	5.935	2.076	5.935	2.076
Venda de Imobilizado.....	3.635	5.117	3.635	5.117
Despesas a Apropriar.....	3.131	9.086	3.353	9.086
Reembolso ICMS ref. LC 194.....	2.007	2.007	2.109	2.109
Direito de Exploração.....	1.346	208	1.346	208
Licença de Uso da Marca "Rodoil".....	588	674	588	674
Outras Contas a Receber de Clientes.....	221	264	221	555
Outros Créditos.....	981	398	848	550
<b>Total de Outros Créditos</b> .....	<b>26.838</b>	<b>27.336</b>	<b>27.029</b>	<b>28.180</b>
<b>Circulante</b> .....	<b>14.606</b>	<b>15.804</b>	<b>14.794</b>	<b>16.335</b>
<b>Não Circulante</b> .....	<b>12.232</b>	<b>11.532</b>	<b>12.235</b>	<b>11.845</b>

**14. Contratos com clientes**

A movimentação de Contratos com Clientes é apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Saldo Inicial</b> .....	<b>34.583</b>	<b>37.581</b>	<b>34.680</b>	<b>37.581</b>
Adições.....	18.536	5.279	19.266	5.379
Baixas.....	(1.712)	(3.402)	(1.712)	(3.402)
Amortizações.....	(7.850)	(4.875)	(7.936)	(4.879)
<b>Saldo Final</b> .....	<b>43.557</b>	<b>34.583</b>	<b>44.298</b>	<b>34.680</b>

**15. Investimentos**

A Companhia possui participação de 13,46% (mesmo percentual em 2023) na UNIBRAS-PE - Brasileira de Petróleo S.A., que tem como atividade principal a armazenagem de combustíveis. Esse investimento está avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

**16. Imobilizado**

A composição do imobilizado é a seguinte:

	Controladora														
	Equipamentos de Comunicação	Equipamentos de Informática	Equipamentos de Segurança	Imóveis Terreno	Imóveis Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Prédios e Benefeitorias	Veículos	Máquinas e Equipamentos em Comodato	Imobilizado em Andamento	Imagem	Bombas e Tanques	Benefeitorias Imóveis Terceiros	Total
<b>Taxas anuais de depreciação - %</b> .....	10	20	10	-	10	10	10	4	20 a 40	10	-	8	5 a 6	4	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b> .....	<b>56</b>	<b>922</b>	<b>170</b>	<b>16.669</b>	<b>770</b>	<b>14.271</b>	<b>602</b>	<b>11.071</b>	<b>3.323</b>	<b>28.253</b>	<b>13.326</b>	<b>10.518</b> </			